



Junho de 2022 - Mês do Orgulho LGBTQIA+

MATERIAL EDUCATIVO

ALÉM DO SILÊNCIO: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida



ÍNDICE

ALÉM DO SILÊNCIO: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida.....	03
A comunidade LGBTQIA+ e o Holocausto.....	07
Características da perseguição.....	09
Willem Arondeus.....	11
Evento de abertura.....	13
Josef Kohout.....	15
Aulas.....	17
Frieda Belinfante.....	27
Conversas.....	29
Erika Julia Hedwig Mann.....	35
Live no Instagram.....	37
História, de Silvio De Bettio.....	39

Dicas de filmes.....	41
Albrecht Becker.....	49
Dicas de livros.....	51
Sharley McLean.....	55
Silence=Death Project.....	57
Orgulho e negação do preconceito, por Gaavah.....	59
Legendas e Fontes das Fotografias.....	63
Ficha Técnica.....	65





“(...) e quando falamos nós
temos medo
de nossas palavras não
serem ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em
silêncio
ainda estamos com medo.
Então é melhor falar
lembrando
que nunca estivemos
destinadas a sobreviver”

*Audre Lorde,
Uma Litania pela Sobrevivência.*

ALÉM DO SILÊNCIO: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida

Francisco Mallmann – Coordenador do Departamento de Exposições Temporárias e Itinerantes do Museu do Holocausto de Curitiba

Uma vasta bibliografia, feita de pesquisas, relatos, experiências e estudos – minuciosos e interdisciplinares – se dedica a pensar gênero e sexualidade de humanos e não humanos, em distintos tempos e culturas. A esta altura, no entanto, nos parece certo de que a maior parte deles se dá via produção ininterrupta da diferença ou via produção compulsória de assimilação – isto é, perspectivas que apostam em uma classificação, categorização e diferenciação entre existências (que acaba por engendrar desumanizações no conceito de “humanidade”) ou em uma noção pacificadora de “igualdade”, que não considera geopolíticas, processos de colonização, aspectos culturais localizados e sociabilidades específicas.

As histórias das existências LGBTQIA+ atravessam as histórias de tudo o que há: as narrativas de origem, as explicações do mundo, a criação de territórios, nações, colônias, cidades, países, insurgências, agrupamentos, instituições, saberes, sonhos – e por aí vai. A nomeação, o enquadramento, a patologização, a reprovação ou o aceite de vidas que escapam, sempre se deu em disputa. O que sabemos, todavia, é que nisso, que se convencionou chamar Ocidente, nunca tivemos algo que se assemelhasse a uma dignidade irrestrita – e logo percebemos, então, que são pouquíssimos os que acessam, uma vez que, culturalmente, “o outro” sempre foi associado ao esquecimento, numa supremacia do ser

que justificou genocídios, como o Holocausto, e segue justificando a manutenção de desigualdades e de mortes por toda parte.

Diversos grupos ditos minoritários, histórica e socialmente, tiveram seus corpos, subjetividades e práticas teorizadas a partir de uma distância daquilo que, contextualmente, era considerado “normal”. Muito tarde a “outridão” criou possibilidades para que a palavra fosse tomada e que a espacialidade – centro e margem – fosse articulada de dentro, visando uma criação que levasse em conta os próprios desejos de quem até então não falava por si – ou, antes, tinha a fala interrompida. Levou muito tempo para que a inversão sujeito/objeto acontecesse – ela está acontecendo agora, enquanto escrevo este texto que é, em si, uma tentativa emancipatória.

A linguagem, via captura – em todos os sentidos: dos mais aos menos metafóricos –, frequentemente se deu em hierarquização, o que significa dizer que os problemas e questões ditos nossos eram a nós atribuídos, e isso, sem dúvida, é muito diferente. Foi-nos recusado esse processo de compreensão: se o léxico e a epistemologia com a qual queríamos existir era mesmo esse que nos apresentavam. De algum modo, os nomes, seus limites e possibilidades, com os quais operamos, não foram por nós decididos – mesmo este “nós” que agora clamo, não está dado, de todo, e é sempre transitório.

Os estudos do Holocausto, irmanados a muitos estudos interseccionais, nos revelam como os ódios – o teor “insuportável” que determinados grupos parecem criar em outros – têm similaridades. Sabemos como a violência pode ser extrema – simbólica, física, política, estética, ética. Aprendemos como o trauma, as mentiras tornadas verdades, as ficções criminosas de líderes genocidas, o apoio acrítico das massas, as perversões científicas, geram fenômenos da ordem do impossível, que se dão bem aqui: entre nós.

A Shoá, enquanto questão paradigmática, cria chamados incontornáveis dos quais a noção de “memória” parece crucial. As sobreviventes e os sobreviventes se tornam testemunhas do fim do mundo, reivindicações vivas. É como se seus atos fossem uma lembrança carnal de que nem todas as vidas estão garantidas, de que a distribuição dos recursos de vida pode ser profundamente desigual. Da “banalização do mal” ao “trauma e testemunho”, temos tentado criar sentidos para existências atravessadas e marcadas pelo extermínio, pelo genocídio, pelo constante risco de desaparecimento.

Parece existir um medo que nunca cessa, um certo tipo de temor que tangencia todas as tentativas de romper com as lógicas do apagamento. O estado de terror ao qual existências LGBTQIA+ estão expostas – um sem-fim de imagens de morte, sequencialmente apresentadas e reapresentadas –, produzem fenômenos da ordem do assombro. E é exatamente aí que parece residir a urgência da criação de outras narrativas – histórias, conceitos, projeções que nos tirem do interior das ficções de aniquilamento e nos permitam integrar um sistema de visibilidade e dizibilidade que leve em consideração nossos desejos incapturados pela destruição. Desfazer o medo, abandoná-lo – ainda que só por algum tempo. Passar da denúncia ao anúncio. Tentar enganar a tradição do silêncio.

Pensando em algumas destas questões – das quais “narrativas de vida”, “memória” e “formulações coletivas” são centrais – o Museu do Holocausto de Curitiba desenvolveu, em junho de 2021, uma programação especial para o mês do Orgulho. O evento online, “ALÉM DO SILÊNCIO: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida”, se deu em dois eixos: Encontros e Formação.

As aulas se concentraram em temas sobre gênero e sexualidade, tendo o Holocausto como marco histórico e temporal. Já os encontros reuniram artistas, pesquisadores e ativistas LGBTQIA+ para discussões envolvendo formulações coletivas sobre LGBTQIAfobia e resistência hoje.

Neste material digital, reunimos todos os conteúdos criados no período.



A comunidade LGBTQIA+ e o Holocausto

Michel Ehrlich – Coordenador de História do Museu do Holocausto de Curitiba

No período entreguerras, a homossexualidade era encarada, não somente na Alemanha, mas na maior parte do mundo, como um desvio grave ou mesmo uma doença que ameaçava o meio ao seu redor. Em diversos países, pessoas que não se enquadravam na cis-hetero-normatividade tinham não somente direitos básicos cerceados, como podiam sofrer com prisões, procedimentos de “cura” ou castração.

Na Alemanha, o parágrafo 175 do código penal já criminalizava a homossexualidade masculina bem antes da ascensão do nazismo. Chegaram a surgir propostas de inclusão da criminalização da homossexualidade feminina, mas a dificuldade, à época, de sequer definir a sexualidade feminina acabou contribuindo para que a lesbianidade não entrasse nessa legislação.

Apesar disso, durante a república de Weimar (1918-1933), houve um florescimento, sobretudo na capital Berlim, de um universo cultural tolerante à diversidade sexual e de gênero. Destacam-se o Instituto de Ciências Sexuais, de Magnus Hirschfeld, o bar El Dorado, bem como diversas publicações de imprensa voltadas a esse setor da população. Neste momento, também foram criadas iniciativas parlamentares para abolir o parágrafo 175, ainda que sem sucesso.

Em 6 de maio de 1933, menos de seis meses após a ascensão do nazismo ao poder, tropas da SA invadiram e

fecharam o Instituto de Ciências Sexuais e destruíram a maior parte de seu acervo, com mais de 12 mil livros e 35 mil fotografias. Bares e revistas também foram fechados e, em 1934, a Gestapo orientou que as polícias locais mantivessem listas de homossexuais. Em 1935, o parágrafo 175 foi endurecido via emenda. Três anos depois, a Gestapo ordenou que homossexuais, que já estavam sendo presos, fossem enviados para campos de concentração. Não há números muito precisos, mas estima-se que cerca de 50 mil homens gays foram presos, dos quais entre 5 e 15 mil em campos de concentração.

Em função da criminalização anterior ao nazismo, a comunidade LGBTQIA+ muitas vezes não tinha tantas possibilidades de organização institucional prévia. Os primeiros ataques fizeram com que muitas das redes de apoio se dissolvessem e, na esperança de passarem despercebidos, muitos homossexuais se isolaram uns dos outros. Dessa forma, quando começaram as deportações para campos de concentração, a comunidade gay estava relativamente desarticulada. Ainda assim, essas pessoas se envolveram em diversas ações de resistência.

Em vários campos, embora não em todos, os prisioneiros gays eram obrigados a utilizar o triângulo rosa, demarcando o motivo de sua prisão. De modo geral, eles eram separados dos outros detentos, acabavam vítimas com especial brutalidade dos guardas nazistas e, por vezes, inclusive dos outros prisioneiros. Havia discussões no partido nazista sobre a possibilidade de “curar” homossexuais – diferentemente dos perseguidos raciais (como judeus e ciganos), para os quais nenhuma cura era possível. Assim, a castração podia, a depender do caso, ser um caminho para reduzir o tempo de prisão. Outros prisioneiros homossexuais foram obrigados a participar de experimentos pseudocientíficos.

Características da perseguição

A perseguição sistemática era voltada a homens gays na Alemanha (incluindo em áreas anexadas). Ao contrário de judeus e ciganos, os homossexuais não eram vistos pelos nazistas como uma ameaça externa, mas um elemento que enfraquecia a própria raça, uma prova da depravação moral da república de Weimar. Dentro da ideologia, na qual havia um grande culto à masculinidade, homens gays eram vistos como não só incapazes de contribuir para o esforço de regeneração da nação, mas parte dos problemas que a Alemanha enfrentava. Por isso, embora houvesse exceções (sobretudo a homossexualidade associada, por exemplo, a ser judeu), os nazistas não empreenderam perseguições sistemáticas a homossexuais fora da Alemanha.

O caso das mulheres lésbicas é menos claro. Elas não estavam incluídas no parágrafo 175 e foram perseguidas de forma muito menos sistemática, embora existam registros de lésbicas classificadas como “associais” em campos de concentração. Os nazistas as viam como úteis à reprodução e, até por não verem nas mulheres seres politicamente relevantes, não consideravam a lesbianidade uma influência negativa, uma ameaça à sociedade como um todo. Elas eram tidas como seres socialmente desajustados, que não representavam a mulher ideal, mais do que sexualmente imorais.

Por muito tempo, essas memórias ficaram silenciadas, sobretudo pelo fato da homossexualidade permanecer criminalizada na Alemanha e também em diversos outros países após a Segunda Guerra Mundial, até mesmo nos que ajudaram a combater o nazismo. Nessa perspectiva, os homossexuais perseguidos eram encarados como criminosos comuns e não uma população perseguida por especificidades. Praticamente não tiveram, assim, acesso à indenização e políticas de memória.

Mesmo no caso daqueles perseguidos não somente como homossexuais e que, portanto, eram reconhecidos como vítimas, fatores exclusivos da discriminação aos homossexuais acabavam silenciados. Somente décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, começaria a haver algum reconhecimento. Um dos primeiros relatos a vir a público foi o livro *Die Männer mit dem rosa Winkel* (Os homens com o triângulo rosa), publicado em 1972, contando a história do sobrevivente Josef Kohout. Mas foi somente a partir dos anos 1990 que a memória dos homossexuais perseguidos pelo nazismo ganhou mais espaço público, com destaque para a publicação de “Eu, Pierre Seel, deportado homossexual”, em 1994, e o documentário “Parágrafo 175”, de 2000. Atualmente, gradualmente e não de forma livre de conflitos, a memória dos homossexuais perseguidos pelo nazismo vêm ganhando espaço nas instituições voltadas à memória do período.



Willem Arondeus

Willem Arondeus nasceu em Naarden, em 1894. Foi um artista e autor holandês que se juntou ao movimento antinazista na Holanda durante a Segunda Guerra Mundial.

Ele nunca escondeu a sua homossexualidade e tornou-se membro ativo da resistência holandesa, incentivando outras pessoas a resistir à invasão alemã. Desde o início, não acreditou na propaganda nazista que coagia o povo judeu a se registrar “para segurança própria”, temendo que existissem razões escusas para as autoridades alemãs quererem saber quem era judeu.

Por isso, um grupo de resistência, ao qual Arondeus se juntou, forjou documentos para que pessoas judias pudessem esconder sua identidade. No entanto, o regime percebeu que, se comparasse os documentos falsos aos registros públicos da cidade de Amsterdã, poderia determinar quem detinha documentos irregulares.

Em 1943, Arondeus liderou uma invasão que resultou na destruição do Edifício de Registro de Cidadão de Amsterdã, o principal meio dos nazistas para rastrear os movimentos das pessoas que procuravam controlar. Isso inspirou ataques bem-sucedidos semelhantes em todo o país.

Pouco tempo depois, Arondeus e outros membros LGBTQIA+ que integravam o grupo foram denunciados e condenados à morte por um pelotão de fuzilamento em 1º de julho daquele mesmo ano – Sjoerd Bakker e Jouhan Brouwer também foram mortos nesta ocasião.

Antes de ser executado, ele pediu a seu advogado que sua homossexualidade fosse abertamente divulgada, para que “as pessoas soubessem que gays não são covardes!”.

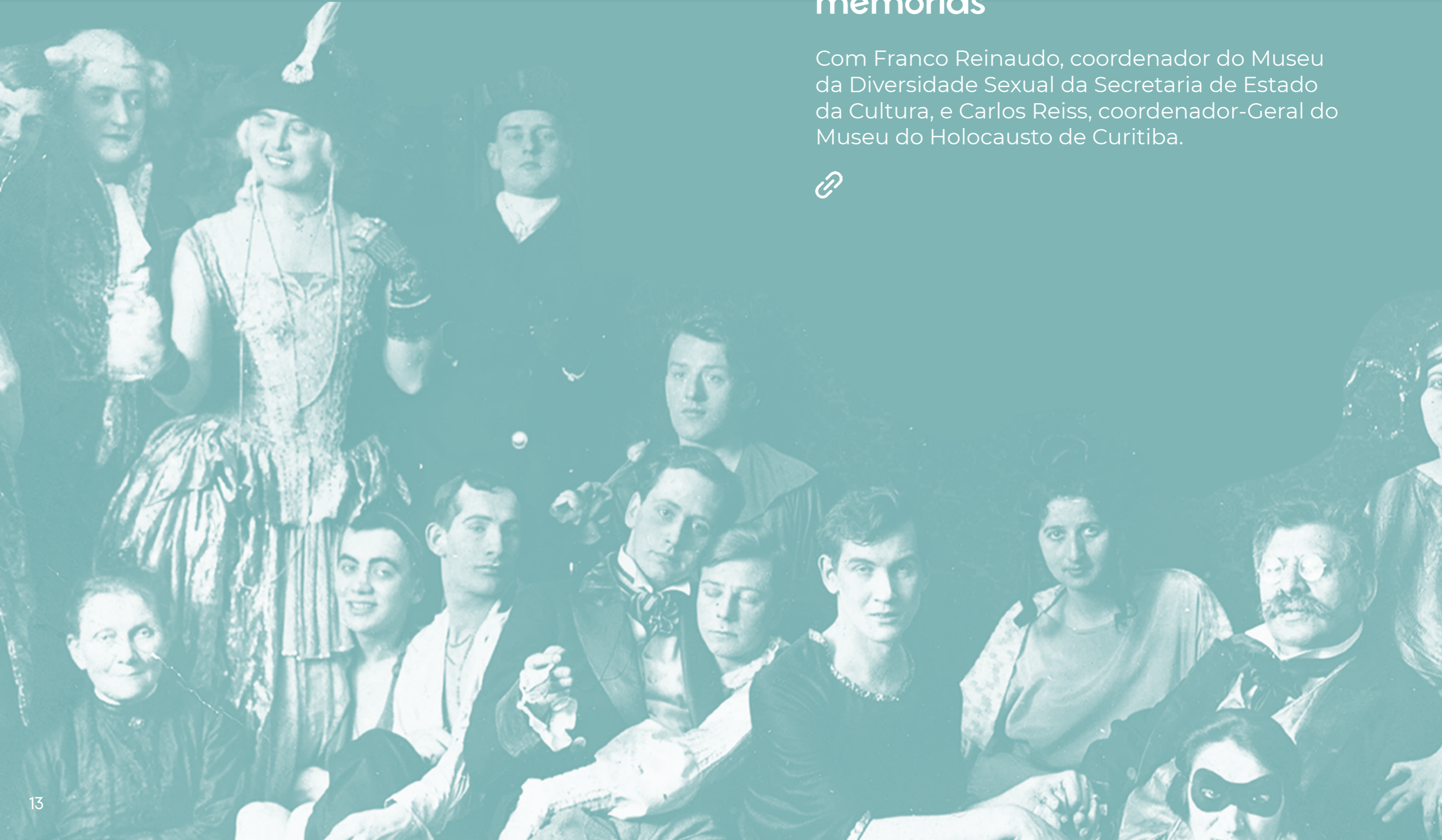
Após a guerra, a família de Arondeus recebeu uma medalha de honra do governo holandês por sua participação na resistência. Sua história de coragem e resistência, o modo como viveu e lutou, fez dele uma personalidade importante da história LGBTQIA+.



EVENTO DE ABERTURA

Museus no século XXI: diálogo, resistência e construção de memórias

Com Franco Reinaudo, coordenador do Museu da Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Cultura, e Carlos Reiss, coordenador-Geral do Museu do Holocausto de Curitiba.



“O que isso diz sobre o mundo em que vivemos, se um homem adulto é informado de como e quem ele deveria amar?”

Josef Kohout



Josef Kohout nasceu em 1917, em uma família católica austríaca. Em 1939, seu amor pelo filho de um membro do Partido Nazista o levou à prisão, onde teve que cumprir uma pena de sete meses. Mas, após completar sua sentença, Kohout não foi solto.

Isso porque, em seguida, foi enviado para o campo de concentração de Sachsenhausen, ao norte de Berlim, em meados de janeiro de 1940. Quatro meses depois, foi transferido para Flossenbürg e permaneceu até a liberação pelos soldados americanos no fim da guerra.

Kohout passou a descrever o regime brutal e a violência sistemática que ele e outros homens forçados a usar o triângulo rosa viveram. A homossexualidade continuou a ser um crime depois de 1945 e, durante décadas, ele lutou pelo reconhecimento da comunidade LGBTQIA+ como vítima do nazismo.

Usando o pseudônimo de Heinz Heger, suas experiências foram publicadas no título “Os Homens do Triângulo Rosa” na década de 1970. Na obra, ele relata os cinco anos terríveis que passou nos campos de concentração, os episódios de tortura e assassinatos de prisioneiros. A publicação inspirou a criação da peça “Bent”, de Martin Sherman, que virou filme em 1997.

Josef Kohout viveu com seu parceiro, que conheceu nos campos, em Viena, até seu falecimento em 15 de março de 1994.

AULAS



Existências LGBTQIA+ no contexto pré-nazista: narrativas, linguagens, personagens, organizações e memórias

Esta aula propõe explorar os diversos referenciais do que entendemos, atualmente, como comunidade LGBTQIA+, no contexto pós-unificação alemã até o princípio da ascensão nazista. Quem são os ativistas que trouxeram voz às existências que não ousavam dizer seus nomes? Como essa comunidade era entendida pelos outros e por si mesma? E como, apesar das adversidades, construíram redes de apoio memoráveis que até hoje inspiram o movimento contemporâneo LGBTQIA+? Marcio Albino traz a pluralidade de recortes desse período.

Marcio Albino é jornalista por formação. Foi educador social LGBTQIA+ e de HIV/Aids em organizações como Grupo Dignidade e Aliança Nacional LGBTI+. Presta consultoria LGBTQIA+ para o Museu do Holocausto de Curitiba e Memorial do Holocausto do Rio. Membro do coletivo Gaavah.



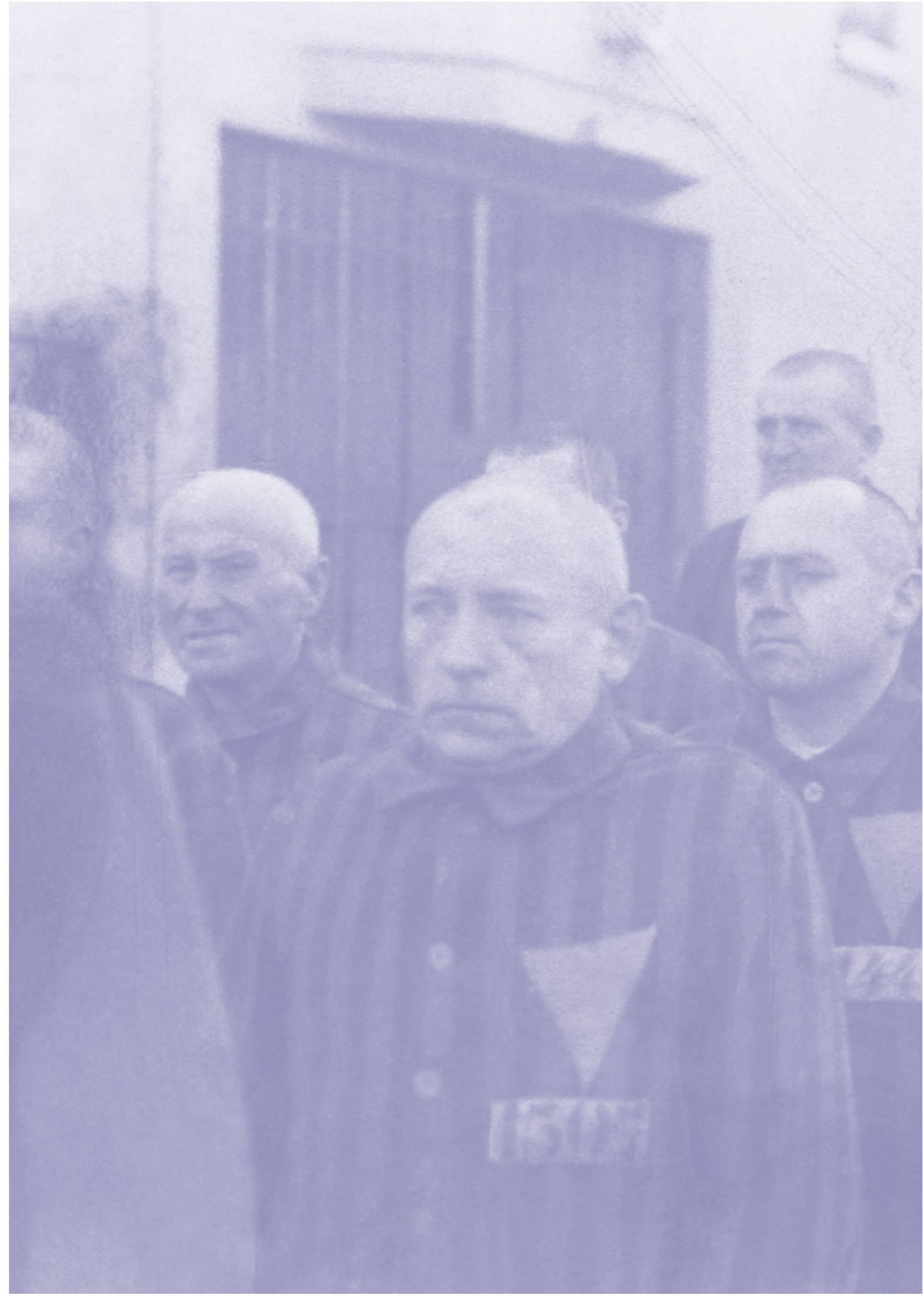
Triângulo Rosa: uma abordagem do nazismo a partir de uma perspectiva de gênero

Nesta aula, é abordado o surgimento do nazismo, a Noite das Facas Longas. A destruição do que foi construído pela comunidade LGBTQIA+ no início do período entreguerras. As primeiras perseguições. Aumento das penas: novo parágrafo 175. Detenções e assédio. Os expurgos, as chantagens. Deportações. As marcações: o triângulo rosa e o triângulo preto. A sistemática nos campos em relação a essas vítimas. Humilhações e punições.

Conteúdo em espanhol.

Claudio Román: advogado, professor de Educação Superior. Pós-graduado na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Professor do Ensino Fundamental Artístico da CABA. Diretor titular por concurso do BOA 1 “Antonio Berni” CABA. Seminário Internacional “Memória da Shoá e os dilemas de sua transmissão” (2012), do Yad Vashem. Bolsa Fulbright do Holocausto para Diretores de Governo da Cidade de Buenos Aires, Hazel Green, Southwestern School, Wisconsin (2013). Morei Morim Lehoraat Hashoa Fellow, para educadores latino-americanos, Claims Conference, Jewish Agency for Israel, Yad Vashem e Fund. Bama, (2020-21). Prêmio no Concurso Literário Ana Frank Center da Argentina e da Cidade de Buenos Aires (2013). Colaborou na Comissão de Educação da APDH (Assembleia Permanente dos Direitos Humanos).

Joel Kaplan: Professor de História, Ética e Cidadania e Sociologia na Escola Secundária Scholem Aleijem. Professor do curso Triângulo Rosa, uma abordagem do nazismo a partir da perspectiva de gênero na Escuela de Maestros (CABA) e Amsafé (Santa Fe). Graduado pelo Programa Masbirim da Fundação BAMA e Morei Morim Lehoraat Hashoa Fellow, para educadores latino-americanos, Claims Conference, Jewish Agency for Israel, Yad Vashem e Fund. Bama.



Holocausto e Gênero numa perspectiva literária

A Shoá é um assunto denso, complexo e repleto de desdobramentos. Ainda hoje há documentos e fontes primárias a serem exploradas e estudadas. Nesta aula, fazemos um panorama breve sobre os estudos de gênero e a Shoá, como uma forma de ampliar nossos conhecimentos sobre o genocídio e também para conhecer alguns textos de sobreviventes. As questões específicas de gênero compreendem a análise das diferenças da experiência feminina e masculina, que tem a ver com os papéis sociais que mulheres e homens desempenhavam antes e durante o regime nazista.

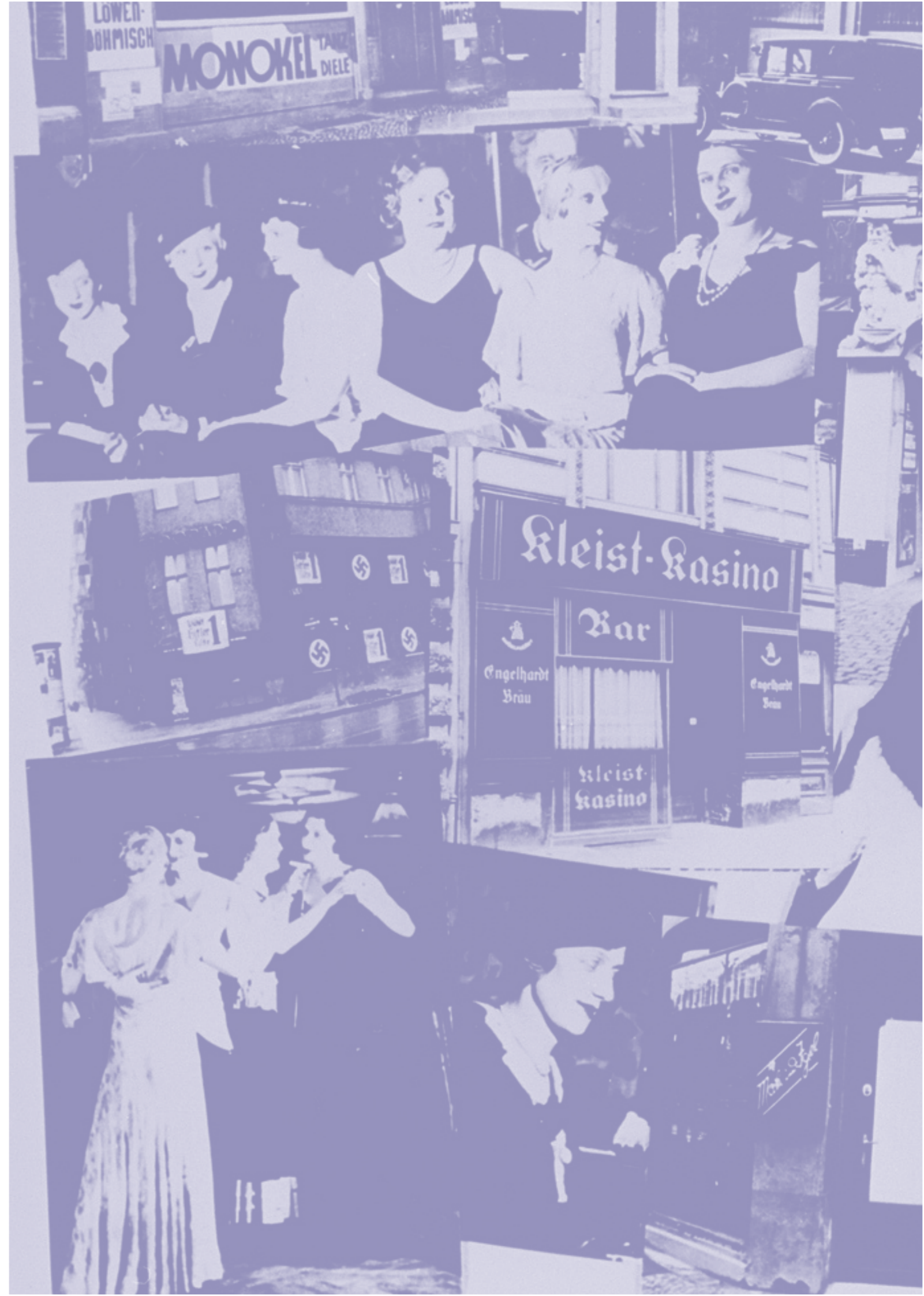
Rebeca Serrano: professora de Sociologia na Escola Estadual Martim Francisco em São Paulo. É graduada em Ciências Sociais pela Unesp de Marília (2009). Mestre em Letras, no Programa de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo (2019), com dissertação sobre a obra “É isto um homem?” do judeu italiano Primo Levi. É mestre em Estudos do Holocausto Weiss-Livnat International MA Program in Holocaust Studies da Universidade de Haifa, em Israel. Foi estagiária no Visual Center do Yad Vashem, trabalhando com catalogação de testemunhos em vídeo. Atualmente é estagiária do Museu Judaico de São Paulo e trabalha com desenvolvimento de projetos educativos sobre o Holocausto.



As lacunas deixadas pelo silêncio: vozes lésbicas no Terceiro Reich

Esta aula de Marte Wirthmann (História/UFG), pessoa sapatão, não-binária e integrante do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB), busca contextualizar historicamente as políticas de lesbofobia, durante o Terceiro Reich, a partir dos testemunhos extraídos do livro *Days of Masquerade*, de Claudia Shoppmann. Neste, Hilde Radusch, Anneliese W., Claire Waldoff, Gertrude Sandmann, Annette Eick e Freia Eisner narram os espaços de socialização, afeto, arte, conhecimento e de resistências lésbicas, em Berlim, na primeira metade do século XX. E relatam o que acontece com elas, com suas esposas, namoradas, companheiras e amigas. O que nos leva ao questionamento central da aula: de que maneira essas redes de apoio são afetadas pelas políticas de repressão nazista?

Marte Wirthmann é graduanda na Faculdade de História (UFG) e escritora. Ele iniciou a graduação em 2019. É pessoa sapatão, não-binária, e autora do livro “Neuroses de Bolso”, publicado pela Editora Urutau, através do selo político Hecatombe. Este livro de contos faz parte da coleção “MilTons de Escrita Política LGBTQIA+”. Marte também compõe a antologia artística e literária “Nossas cores: por outros afetos e escritas possíveis”, publicada pelo coletivo LGBTQIA+, Retrato Colorido. Marte está, atualmente, desenvolvendo a pesquisa com a temática “Narrativas Homossexuais e Lésbicas: Análise Histórica Sobre Política, Sexualidade e Gênero no Terceiro Reich”. Presente no projeto “História, Memória e Testemunho: Uma Análise Sobre as Paixões Políticas no Século XX”.



“Conheci pessoas maravilhosas e essa é a única coisa que me mantém viva.”

Frieda Belinfante



Frieda Belinfante nasceu em Amsterdã, na Holanda, em 10 de maio de 1904. Começou a tocar violoncelo aos dez anos e estreou profissionalmente aos 17. Em 1937, foi convidada para dirigir o Concertgebouw em Amsterdã, tornando-se a primeira mulher na Europa a reger uma orquestra profissional.

Continuou a ter sucesso em sua carreira, aparecendo em rádios holandesas e regendo por toda a Europa, até seu trabalho ser interrompido com a invasão da Alemanha nazista na Holanda. Lésbica e filha de pai judeu, sua vida mudaria drasticamente com a ocupação no país.

Em 1943, em vez de seguir sua promissora carreira, Frieda entrou para a resistência e passou a auxiliar vítimas da perseguição. Encontrou esconderijos, falsificou documentos e ajudou a planejar um bombardeio para destruir os registros populacionais do Escritório de Registros Públicos de Amsterdã. Após o ataque, diversos de seus colegas foram executados e, para evitar ser descoberta, começou a usar roupas consideradas masculinas.

Frieda escapou para a Suíça e só retornou à Holanda após a guerra. Em 1947, imigrou para os Estados Unidos, onde retomou sua carreira musical e fundou a Orquestra Filarmônica de Orange County, com grande aclamação. Violoncelista, maestra e integrante da resistência holandesa, faleceu em 26 de abril de 1995, em Santa Fé, no Novo México.

CONVERSAS



I SUPPORT
women
of
the wall
נשואיה
של



Women are
powerful
dangerous

Escrever, compor: formular juntas

A conversa reúne escritoras/es, dramaturgas/os, poetas, tradutoras/es e pesquisadoras/es para discutir como a criação literária pode ser uma atividade em que existências LGBTQIA+ articulam reivindicações das mais variadas maneiras.

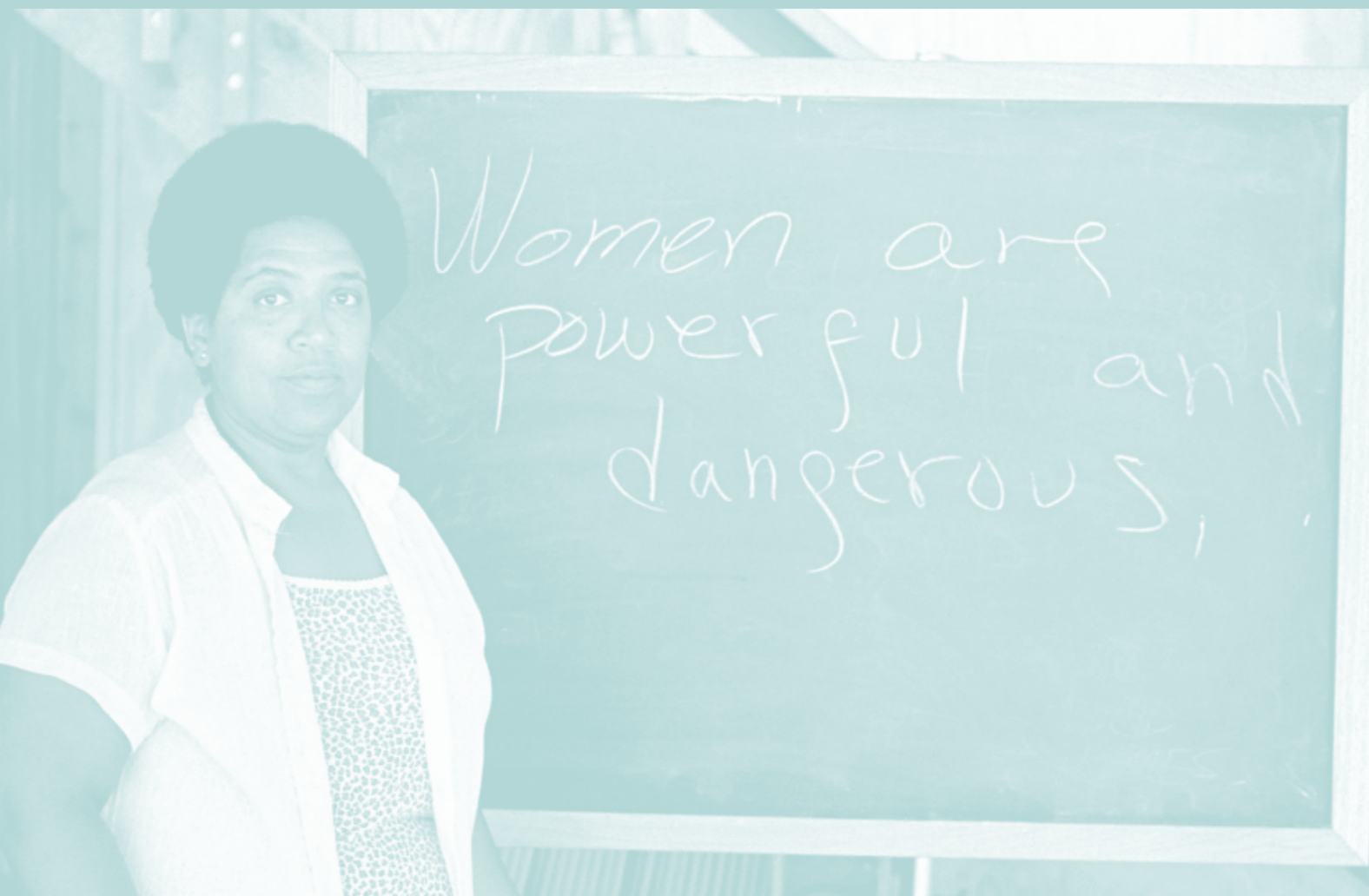
Com Anderson Feliciano, Beatriz RBG, Mel Bevacqua, Natalia Borges Polesso



Acolher: gesto coletivo

A ação reúne representantes de grupos e coletivos LGBTQIA+ que, por meio de diversas ações, promovem diferentes formas de acolhimento – refletiremos juntas e juntos sobre as possibilidades existentes nas iniciativas coletivas e comunitárias.

Com André Liberman, Nahomi Helena Santana, Lucas Siqueira e Caroline Silva



Proposições desde o Sul do Mundo

A ação reúne pesquisadoras e pesquisadores para conversarmos sobre existências LGBTQIA+ interseccionadas com questões envolvendo colonialidade, poder e as especificidades existentes nas discussões e nas proposições de gênero e sexualidade desde o Sul do mundo.

Com Geni Núnes, Jaqueline Gomes de Jesus, Lígia Ziggiotti e Rafael Kirchhoff



Nada sobre nós sem nós

Os discursos sobre diversidade muitas vezes se mostram insuficientes para alguns grupos e pessoas. De que modo existências LGBTQIA+ se interseccionam com as vivências de pessoas com deficiência? Como a luta anticapacitista se torna uma pauta LGBTQIA+?

Com Jonas Marssaro, Victor Di Marco e Pedro Henrique Franca



Erika Julia Hedwig Mann

Erika Julia Hedwig Mann nasceu na cidade alemã de Munique, em 9 de novembro de 1905. Foi uma produtora de teatro, dramaturga, jornalista, e atriz alemã.

Era filha do escritor Thomas Mann e de Kathia Mann. Conhecida pelo seu cabaré humorístico antifascista e por sua companhia de teatro, “die Pfeffermühle”, cujas peças ridicularizavam abertamente os nazistas.

Erika deixou a Alemanha em 1933, pouco depois da subida ao poder de Adolf Hitler. Para sua surpresa, havia escapado da primeira onda de detenções do início daquele ano. Decidiu não arriscar muito mais tempo e fugiu para Zurique, onde seus pais já se encontravam.

Em 1935, viveu na Inglaterra, onde casou-se por conveniência com o escritor W. H. Auden, para poder permanecer no país. Ela era lésbica e ele homossexual.

A amizade dos dois artistas, a subversão da instituição casamento e as questões políticas que envolveram tal relação, fizeram deste episódio biográfico uma inspiração para as narrativas LGBTQIA+ posteriores.

Terminada a guerra, Erika esteve presente nos julgamentos de Nuremberg, onde os crimes de guerra foram analisados e uma enorme quantidade de documentação e testemunhos foram reunidos. Foi a única mulher a cobrir os julgamentos de Nuremberg

Erika Mann faleceu em Zurique, aos 63 anos, em 27 de agosto de 1969.



LIVE NO INSTAGRAM

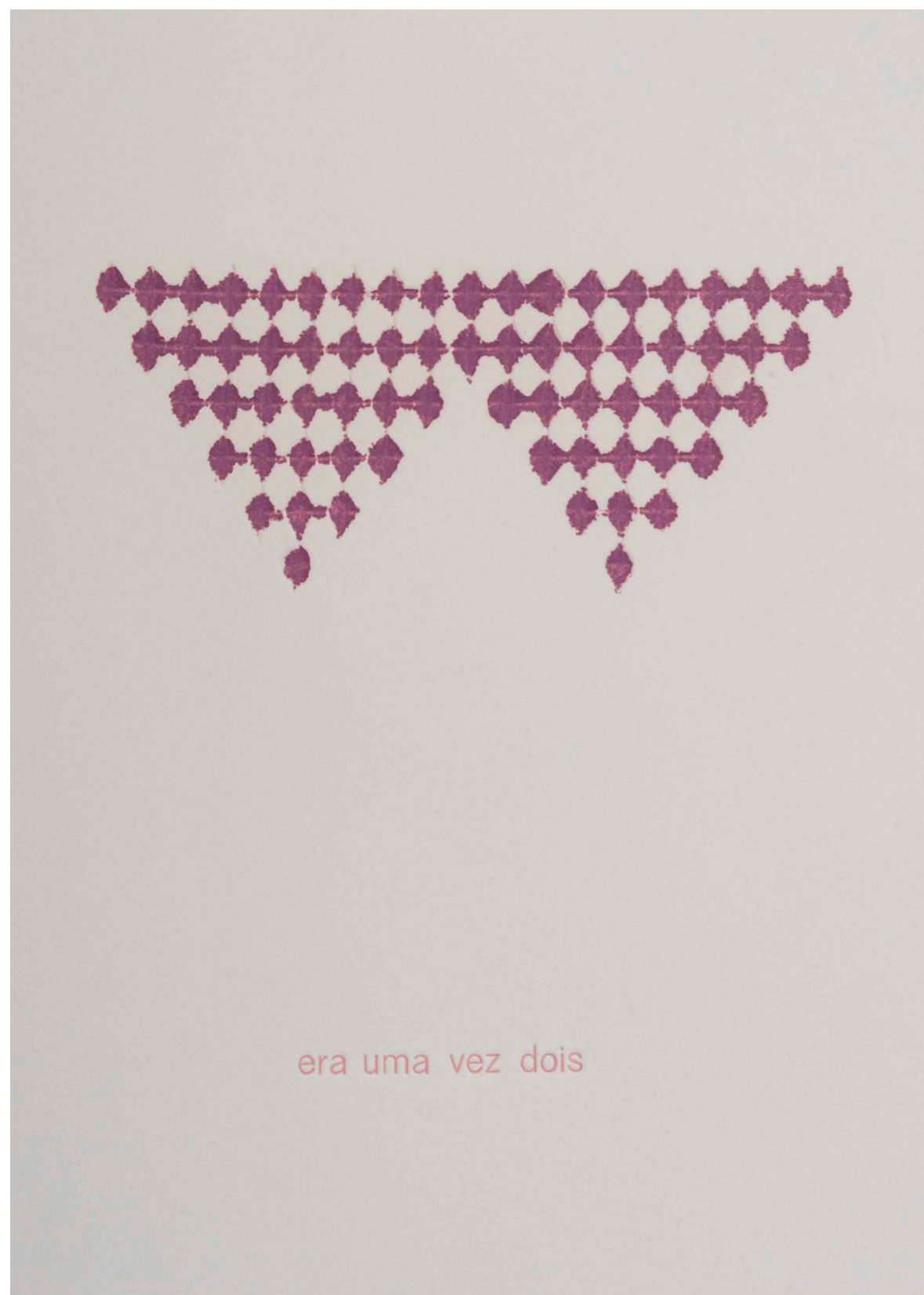


Refúgio e comunidade LGBTQIA+

Rafaela Courbassier Teruchkin, psicóloga, pós-graduanda em Direitos Humanos e coordenadora organizacional do Museu do Holocausto de Curitiba, conversa com Vítor Lopes Andrade, doutorando em Antropologia Social na School of Global Studies da University of Sussex, Inglaterra.

Vítor é também mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com mobilidade na Universitat Jaume I, Espanha. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com mobilidade na Universidade Técnica de Lisboa. Sua dissertação de mestrado foi premiada pelo ACNUR - a Agência da ONU para os Refugiados - no III Concurso Nacional de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado da Cátedra Sérgio Vieira de Mello em 2017 e publicada como livro com o título “Refúgio por motivos de orientação sexual: um estudo antropológico na cidade de São Paulo” (Florianópolis: Editora da UFSC, 2019).





"História" por Silvio de Bettio

A obra "História", do artista brasileiro Silvio De Bettio, foi produzida em 2019 e integra a série "Triângulo rosa".

Consiste em uma gravura em relevo e impressão tipográfica. Para a produção da imagem, foram utilizadas matrizes de látex na forma de triângulos equiláteros, impressas com tinta rosa sobre papel de algodão, no qual foram acrescentadas palavras impressas com tipos móveis.

Forma e cor no trabalho guardam relação com fatos históricos: a perseguição nazista à comunidade LGBTQIA+, em que homossexuais eram levados aos campos de extermínio e lá identificados com triângulos rosas no peito, de aproximadamente 7 cm de altura, costurados nos uniformes dos prisioneiros.

Embora estejamos distantes do período histórico em questão, a LGBTQIAfobia, a discriminação e a violência em diferentes graus por orientação sexual e identidade de gênero continuam sendo realidade em nossos dias. Os triângulos rosas, aqui, retrabalhados artisticamente, sugerem a possibilidade - ou talvez o desejo - de, por meio das palavras que lhes acompanham, estabelecerem inter-relações e construir narrativas poéticas e afetivas múltiplas, deslocando os significados do passado.

"era uma vez dois" nos lembra do importante gesto de criar coletividade, construir memória e fazer do passado uma lição para os dias atuais. "História" surge, assim, como um convite para que o futuro não se assemelhe ao passado!

DICAS DE FILMES





Cena do filme "Piscina" (2016) – Divulgação/ Cinema Transgenero & Filmes de Vagabundo



Cena do filme "Bent" (1997) - Divulgação/ Metro-Goldwyn-Mayer Studios Inc.



Cena do filme "Diferente dos outros" (1919)- Divulgação/ Richard-Oswald-Produktion

Piscina (2016)

Claudia decide investigar o passado de sua avó recém-falecida. Por meio de uma carta, ela conhece Marlene, uma senhora alemã que vive no Brasil e mantém suas memórias dentro de uma piscina desativada. Durante a visita, a mulher mais velha revela detalhes de sua vida, os quais se cruzam com o passado da avó de Claudia. O curta-metragem, de Leandro Goddinho, foi vencedor do Prêmio Canal Brasil em 2016, no Festival Mix Brasil. A obra aborda a perseguição nazista à comunidade LGBTQIA+ durante o período nazista e as recentes conquistas alcançadas.

Bent (1997)

Na Alemanha nazista, no período que antecedeu a Guerra, Max, um homem gay, é enviado para o campo de concentração de Dachau. Ele tenta esconder sua homossexualidade usando uma estrela amarela, que era a forma de identificar judeus, em vez do triângulo rosa usado para "marcar" os homossexuais. No local, apaixona-se por Horst, um prisioneiro que usa com orgulho seu triângulo rosa. "Bent" (1997), dirigido por Sean Mathias, está disponível no NOW.

Diferente dos outros (1919)

Violinista de sucesso, Paul Körner se apaixona por um de seus alunos. Vislumbres do passado mostram quando ele tomou ciência de sua orientação sexual, as tentativas de rechaçá-la e a posterior compreensão. "Diferente dos outros" (1919), dirigido por Richard Oswald, foi o primeiro filme a abordar de forma aberta e direta a temática da homossexualidade. Para desenvolver a obra, Oswald buscou a colaboração de Magnus Hirschfeld, médico e reformador da sexualidade, que fundou o Instituto de Pesquisa Sexual em Berlim. Após sua estreia, ainda que tenha se consolidado como sucesso de bilheteria, a produção provocou um grande escândalo.



Cena do filme "Aimée & Jaguar" (1999)- Divulgação/ Senator Film Produktion

Aimée & Jaguar (1999)

Em plena Segunda Guerra Mundial, a judia Felice Schragenheim resolve permanecer em Berlim, mesmo havendo o perigo constante de ser capturada a qualquer momento pelos soldados nazistas. Tudo por causa de seu grande amor: Lilly Wust, a pacata esposa de um soldado alemão e mãe de três filhos. Entediada e insatisfeita com sua vida burguesa, Lilly arruma um ou outro caso extraconjugal, mas sem compromisso. Até que conhece a jornalista Felice, que trabalha contra o regime clandestinamente. Entre as duas surge um arriscado romance, que se desenrola com paixão, medo e turbulências em meio aos bombardeios e às perseguições da Gestapo. Baseado em fatos reais, o drama alemão "Aimée & Jaguar" (1999), dirigido por Max Farberbock, foi indicado ao Globo de Ouro de Melhor Filme Estrangeiro. Maria Schrader e Juliane Köhler ganharam o Urso de Prata de Melhor Atriz no Festival de Berlim. Aos 85 anos, a verdadeira Lilly Wust compareceu ao evento em 1999 para ajudar na divulgação do longa, que abriu o festival da capital alemã.



Cena do filme "Senhoritas em Uniforme" (1931) - Divulgação/ Deutsche Film-Gemeinschaft

Senhoritas em Uniforme (Mädchen in Uniform) (1931)

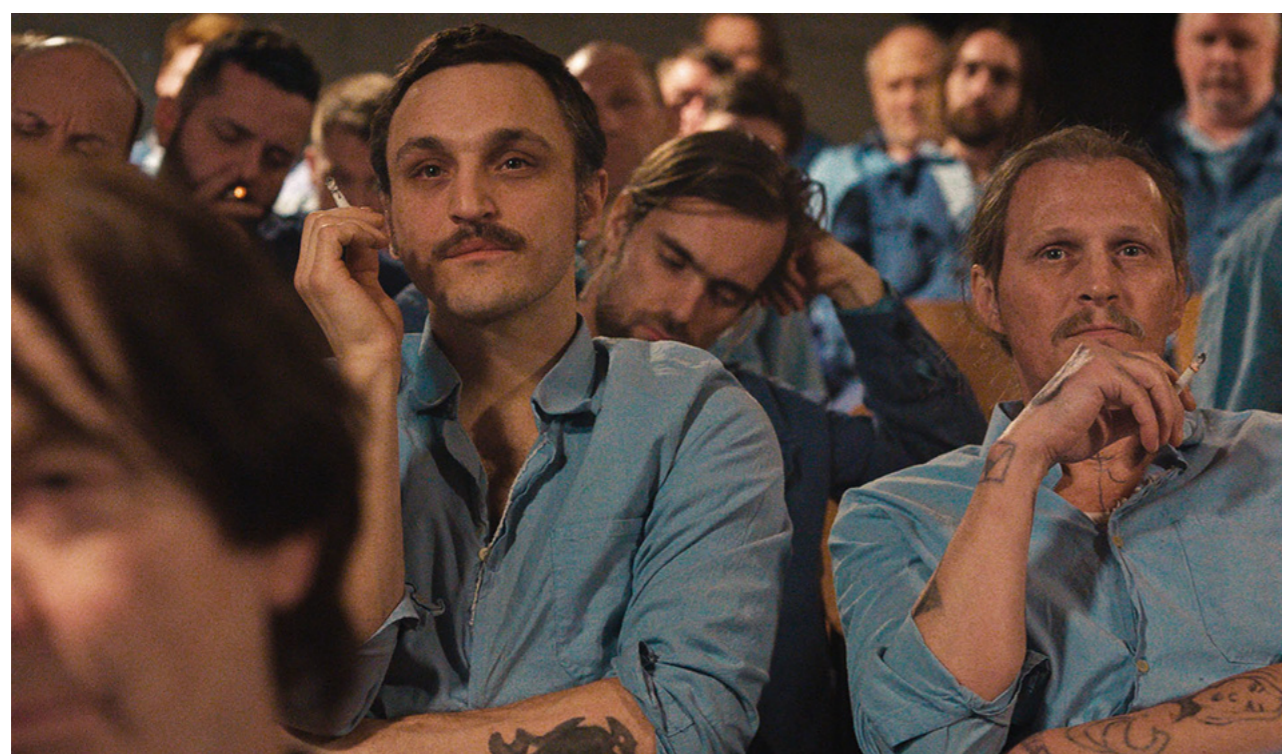
Manuela é uma jovem ingênua, que está começando a conhecer o mundo, quando é enviada a um internato para mulheres. Uma vez lá, ela entra em um novo ambiente e logo descobre o amor: o problema é que a garota se apaixona por uma de suas professoras, um afeto que pode colocá-la em um caminho trágico. Considerado o primeiro filme com temática lésbica da História, "Senhoritas em Uniforme" (Mädchen in Uniform) foi lançado em 1931, na Alemanha, antes da ascensão de Hitler ao Poder. Posteriormente, foi banido pelos nazistas, que queimaram diversas cópias – mas, felizmente, não conseguiram destruir todas. A obra foi realizada por Leontine Sagan e escrita por Friedrich Dammann, com base na peça teatral "Gestern und heute", de Christa Winsloe. Esta última assassinada em 1944. Um remake foi feito e lançado em 1958.



Cena do filme "Parágrafo 175" (2000) - Divulgação/ Channel 4

Parágrafo 175 (2000)

Annette Eick nasceu em uma família judia da Alemanha, em 1909. Durante a década de 1920, um período liberal na República de Weimar, Eick escreveu poemas e contos para revistas lésbicas, incluindo a famosa "Garçonne". Quando os nazistas chegaram ao poder, em 1933, ela precisou desistir do jornalismo. Em 1938, recebeu um visto para viver no Reino Unido. Após sobreviver a um ataque nazista na fazenda em que estava hospedada durante a Noite dos Cristais, fugiu do país. Seus pais foram assassinados em Auschwitz. Em Londres, trabalhou como babá e governanta. Ao lado de sua parceira Getrud Klingel, Eick abriu um berçário e voltou a escrever. Sua coleção de poemas, "Immortal Muse", foi publicada em 1984 e, posteriormente, transformada em um curta-metragem. Infelizmente, a maior parte de sua obra segue inédita. Ela ficou mundialmente conhecida com o lançamento do documentário "Parágrafo 175" (2000), que narra as experiências de cinco homens gays e de uma mulher lésbica durante o regime de Hitler. O longa foi dirigido por Jeffrey Friedman e Rob Epstein.



Cena do filme "Great Freedom" (2021)- Divulgação/ FreibeuterFilm

Great Freedom (2021)

Na Alemanha do pós-guerra, a liberação pelos Aliados não significa liberdade para todos. Hans é preso uma e outra vez sob o parágrafo 175, uma lei que criminaliza a homossexualidade. Ao longo do tempo, ele desenvolve um vínculo improvável com o seu companheiro de cela Viktor, acusado de homicídio. Retratando um doloroso capítulo da história LGBTQIA+, o drama comovente de Sebastian Meise exalta o poder curativo da intimidade, desafiando a opressão sistemática. O filme "Great Freedom" (2021), indicado da Áustria ao Oscar, está disponível na plataforma de streaming MUBI.

“Eles me perguntaram se eu era gay. Eu disse, sim, todo mundo em Hamburgo sabe disso.”

Albrecht Becker



Albrecht Becker nasceu em 1906, na cidade alemã de Thale. Quando criança, não se interessava muito por esportes, preferindo brincar de boneca, fazer bordado e tricô. Sendo assim, seu pai decidiu direcionar os interesses do filho para a indústria têxtil.

Aos 18 anos, mudou-se para Würzburg, onde trabalhou organizando vitrines em uma loja de departamentos. Seus supervisores, impressionados com o talento, o enviaram para uma escola de design em Munique. Becker fez muitas viagens e comprou sua primeira câmera, marcando o início de uma longa carreira na fotografia.

Em 1935, foi considerado crime “promover amizades” entre homens em que pudesse haver um “elemento homossexual”. É exatamente neste ano que, vivendo em Würzburg com seu companheiro, Becker foi levado a julgamento. Ao não contestar as acusações de “homossexualidade”, foi condenado a três anos de prisão em Nuremberg, para onde foi levado.

No pós-guerra, tornou-se um artista múltiplo: foi ator, fotógrafo, cenógrafo, desenhista, colaborou com inúmeros projetos em cinema, teatro e ópera.

Albrecht Becker faleceu em 22 de abril de 2002, em Hamburgo, Alemanha, aos 95 anos. Sua coleção particular de fotos está no Museu Schwules, em Berlim.

DICAS DE LIVROS



Triângulo Rosa – Um homossexual no campo de concentração nazista

Identificados com triângulos rosas, milhares de homossexuais foram enviados para os campos de concentração pelo regime nazista. Rudolf Brazda, com a tatuagem de identificação 7952, foi um dos dez mil deportados por Adolf Hitler devido a sua orientação sexual. Ao lado do escritor Jean-Luc Schwab, Brazda publicou sua biografia, na qual relembra seu passado no campo de Buchenwald, no centro da Alemanha. No livro, faz um relato sustentado por um rigoroso trabalho de pesquisa histórica, marcado pela dor e pela esperança de quem sobreviveu aos horrores do nazismo. Conhecido como o último sobrevivente do campo, Brazda faleceu aos 98 anos, em agosto de 2011, pouco depois de ser nomeado cavaleiro da Legião de Honra francesa, alta condecoração do país. “Triângulo Rosa — Um homossexual no campo de concentração nazista” foi publicado pela Mescla Editorial.

Marcados pelo Triângulo Rosa

Com a ascensão do regime nazista na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, a vida dos homossexuais passou a ser conduzida pelo medo, quando prisões e sentenças tornaram-se uma realidade diária. “Marcados pelo Triângulo Rosa”, publicado em 2013, é um livro do crítico literário Ken Setterington. A narrativa retrata um doloroso inventário que procura resgatar a memória daqueles que foram perseguidos, torturados e mortos pelo nazismo por conta de sua orientação sexual. O autor analisa a forma com que as ideias de Adolf Hitler tomaram conta do cotidiano e das leis alemãs, a ponto de transformar o país em um palco (+)

de extermínio. Neste livro, os relatos dos sobreviventes são lições de amor e coragem, que continuam inspirando as conquistas da comunidade LGBTQIA+. A obra foi publicada pela Editora Melhoramentos.

Eu, Pierre Seel, deportado homossexual

Pierre Seel tinha 17 anos quando teve o curso de sua vida alterado por conta do roubo de seu relógio. Um objeto que, até aquele momento, representava apenas um presente de sua madrinha. Em uma delegacia, ao denunciar o crime que havia sofrido, ele mesmo tornou-se um criminoso. O motivo: “homossexual”. Após dias de tortura no local, em 13 de maio de 1941, foi enviado ao campo de concentração de Schirmeck-Vorbrüch. Seel é considerado a única vítima francesa a relatar abertamente a sua experiência de deportação por homossexualidade durante a Segunda Guerra Mundial. O livro “Eu, Pierre Seel, deportado homossexual” foi publicado pela Editora Cassará.

Heróis e exílios – Ícones gays através dos tempos

Desde a Antiguidade, muitas pessoas LGBTQIA+ foram exiladas, ou fugiram voluntariamente da perseguição e da morte nas sociedades em que viviam. No século XX, milhares de homossexuais viveram o exílio na Sibéria ou foram enviados para os campos de concentração nazistas. “Heróis e exílios — Ícones gays através dos tempos”, publicado em 2010, é um livro do historiador inglês Tom Ambrose, que revela o destino e as realizações de personalidades ilustres que foram penitenciadas por seus gêneros e sexualidades não normativas. O autor analisa o exílio a partir da experiência de várias figuras ilustres, incluindo poetas e escritores como Thomas Gray, W. H. Auden e Henry James. Também são resgatadas histórias como as de William Beckford, Lorde Byron, Oscar Wilde,

ou as Damas de Llangollen, que se tornaram as lésbicas mais famosas da Europa. A obra foi publicada pela Editora Gutenberg.

Devassos no Paraíso

“Devassos no Paraíso”, do escritor, jornalista e dramaturgo João Silvério Trevisan, retrata o enigma de duas identidades: a de homossexual e a de brasileiro. A narrativa pretende ajudar a recompor um território tantas vezes camuflado, quando não apagado, da vida e da cultura do país. Em um diálogo com diversos campos de conhecimento e expressões da cultura nacional, como cinema, teatro, literatura e música, o autor realiza um estudo pioneiro sobre a homoafetividade no Brasil. Retratando o tabu da homossexualidade como um dos mais sólidos ferrolhos morais das sociedades, o livro se detém às vivências pessoais como dados inegáveis da realidade. Considerado uma referência entre as gerações, provocou intensa interlocução com a comunidade LGBTQIA+ e continua influenciando novos estudos sobre gênero e sexualidade. A obra, reeditada e atualizada em 2018, foi publicada pela Editora Objetiva.



“Eu odiava a guerra; estávamos na linha de frente”

Sharley McLean



Sharley McLean nasceu em Oldemburgo, norte da Alemanha, em 1923.

Seu pai, Franz, um socialista, e sua mãe, Grete, judia, foram mortos durante o Holocausto. Seu tio, Kurt, morreu vestindo um triângulo rosa, no campo de concentração de Sachsenhausen. E a jovem, com 16 anos, fugiu para a Grã-Bretanha.

Durante a guerra, trabalhou como enfermeira no hospital Lewisham, no sul de Londres. Casou-se com Allan McLean, e o novo sobrenome inglês a ajudou a se inserir socialmente. Na época, ela tinha sentimentos confusos por outras mulheres, e quando outras enfermeiras disseram a ela: "Você é uma de nós", ela interpretou que poderia se passar por britânica.

Depois de 1945, Sharley teve dois filhos. Em 1950, após uma tentativa de tirar a própria vida, um psicólogo disse a ela que era lésbica. Em 1953, iniciou um relacionamento com Georgina. O relacionamento, que durou 24 anos, aconteceu enquanto ainda morava com seu marido, porque o divórcio significaria perder seus filhos.

Quando Georgina faleceu, em 1977, a família não permitiu que Sharley fosse ao funeral. Este trauma a lançou no ativismo político, na Campanha pela Igualdade Homossexual e no "Terrence Higgins Trust", uma instituição que fornece serviços relacionados à saúde sexual. Foi co-fundadora do "Hyde Park Gays and Sapphics" e, por mais de 20 anos, defendeu a divulgação pública sobre questões LGBTQIA+.

Judia feminista, lésbica, humanista e sobrevivente do Holocausto, Sharley faleceu aos 90 anos, em 2013.



Silence=Death Project

Esta imagem é uma criação do Silence=Death Project, coletivo norte-americano, formado por Avram Finkelstein, Brian Howard, Oliver Johnston, Charles Krelloff, Chris Lione e Jorge Soccarás. O projeto foi de fundamental importância na luta a favor das pessoas LGBTQIA+ e de todas as pessoas que foram vítimas do vírus hiv e da aids, na década de 1980, quando as considerações sobre a doença eram cercadas de preconceito e descaso público.

O triângulo rosa faz direta referência às vítimas LGBTQIA+ do Holocausto, algumas delas forçadamente marcadas com o símbolo. "Silence=Death" [Silêncio=Morte] nos recorda da importância de contarmos nossas histórias, criarmos memória, repassarmos as narrativas adiante, para que violências como essas nunca mais se repitam.

Orgulho e negação do preconceito

Esse negacionismo não é distante de alguns negacionismos do Holocausto, por exemplo, que mira muitas vezes não pra negação do evento histórico ter acontecido, mas para a sua proporção

Por Marcio Albino, Gaavah

Recentemente, o IBGE divulgou o primeiro levantamento da população homossexual e bissexual brasileira, declarando que em torno de 2% das pessoas entrevistadas se auto-declararam de tal maneira. O próprio IBGE informa a alta probabilidade deste número estar subnotificado.

“A gente não está afirmando que existem 2,9 milhões de homossexuais ou bissexuais no Brasil. A gente está afirmando que 2,9 milhões de homossexuais e bissexuais se sentiram confortáveis para se autoidentificar ao IBGE como tal”, disse a analista da PNS Nayara Gomes, em entrevista realizada pela Agência Brasil.

A sugestão de que o percentual seria pequeno levanta um problema que é grande: a ideia de que por ser um grupo ínfimo, defender políticas públicas seria irrelevante, um “gasto desnecessário” para essa população.

Isso não é apenas uma conclusão superficial da análise mal-intencionada de dados, em cima de uma pesquisa subnotificada. Como se isso em si já não fosse o bastante, estamos lidando com uma distinta abordagem consciente do negacionismo: a trivialização.

Negacionismo está feio. Ao menos quando dito em voz alta.

Muitos ouvidos se sensibilizaram com o som estridente da negação direta. A música que está harmonizando a negação é aquela que aceita parcialmente a memória histórica, mas diz que “não foi bem assim”.

Ou seja, é um negacionismo que aceita que pessoas LGBTQIA+ existem (devo dar os parabéns?), mas que questiona o quão relevante são as necessidades dessa população em relação ao todo. Se a comunidade LGBTQIA+ é apenas 2% da população total, isso significa que descartar estas pessoas não é algo tão grave, como se dignidade humana pudesse ser medida com percentual.

Esse negacionismo não é distante de alguns negacionismos do Holocausto, por exemplo, que mira muitas vezes não pra negação do evento histórico ter acontecido, mas para a sua proporção. Quem nega que foram 6 milhões de judeus não está preocupado com o cálculo exatos de mortes, muito menos com as histórias de vidas, antes, em tornar o assunto descreditado. Distorcer os números com o propósito de diminuir a importância. Aí reside um grave perigo.

Não dá pra se enganar. O negacionismo é perigoso porque normaliza a indiferença. Uma vida tem sua dignidade não pelos números que lhe são rotulados, mas porque dignidade é algo inerente.

Apontar esse comportamento, consciente ou inconsciente, de negacionismo, é denunciar uma perversidade que afirma que algumas vidas tem valor e outras não. Mas também é sobre poder, sobre negar que a cisheteronorma é a responsável pelas violências contra a comunidade LGBTQIA+.

Os defensores dos supostos 98% inconclusivos hipernotificados cisgêneros e heterossexuais negam não apenas a violências contra a comunidade LGBTQIA+, mas negam principalmente sua responsabilidade ativa na manutenção desta violência estrutural.

Ninguém está acusando indivíduos cis e héteros de “odiam homossexuais”. A denúncia é coletiva e estrutural: é sobre ajudar aliados cis e héteros a reconhecer sua participação individual na manutenção das vulnerabilidades da população LGBTQIA+, e somente quando se reconhece este poder, é que é possível utilizá-lo para mudar, reformar ou transformar.

O negacionismo da cisheteronormatividade trivializa as vidas LGBTQIA+ como se fossem poucas, descartáveis, desnecessárias, irrelevantes. Quando essa narrativa é normalizada, as violências também são. E essa perversidade colocada num pedestal precisa ser denunciada.

O mês do orgulho não pode ser outra coisa se não um lembrete constante de sua origem: o espírito iconoclasta de Marsha P. Johnson, uma mulher trans, negra, soropositiva, bissexual, que soube a vida toda o quão sua existência era trivializada. Com um tijolo arremessado, ela não apenas enfrentou uma injustiça de sua época, mas algo muito maior, a quebra do silêncio diante das narrativas que normalizam a vulnerabilização da comunidade LGBTQIA+ e de tantas outras.

O mês do orgulho deve ser celebração de nossas vidas e existências, continuamente trivializadas, mas só pode ser celebração se também for protesto contra as forças que buscam negar e trivializar vidas como se fossem números descartáveis. O orgulho LGBTQIA+, nas palavras de um ativista gay do século 19, Karl Heinrich Ulrichs, é um “golpe na hidra do desprezo público”, uma resposta corajosa ao veneno que nos injetam da vergonha, do pecado, da doença e da criminalidade, uma afronta às mentiras normalizadas.

Que o nosso orgulho nunca deixe de ser iconoclasta.



Ficha Técnica

Idealização e Organização

Francisco Mallmann e Laura Nicolli

Design e Diagramação

Nicholas Steinmetz

Coordenação-geral do Museu do Holocausto de Curitiba

Carlos Reiss

Coordenação de História

Michel Ehrlich

Realização

Associação Casa de Cultura Beit Yaacov
Museu do Holocausto de Curitiba

Presidente

Miguel Krigsner



Apoio:



Núcleo de Estudos de
Gênero da UFPR
(NEG)

CAOP Direitos
Humanos (Ministério
Público do Paraná)